

Capítulo 1

O MODELO BRASILEIRO

O modelo e sua crise

Modelo de desenvolvimento, estilo de desenvolvimento, padrão de acumulação são expressões aproximadamente sinônimas. Um modelo de desenvolvimento pode eventualmente abarcar um período mais longo do que um padrão de acumulação. O modelo primário-exportador, por exemplo, caracterizou a economia brasileira por mais de cem anos. Já um padrão de acumulação está sempre correlacionado com uma onda de inovações e investimentos. É portanto um fenômeno decididamente cíclico, cuja duração total, entre a expansão e a crise, não deverá ser superior a cinquenta anos. Um padrão de acumulação está sempre relacionado com determinadas inovações tecnológicas, com a introdução de novos produtos ou novos setores industriais, com o estabelecimento de novas fontes ou novas formas de financiamento da acumulação e, afinal, termina com uma crise generalizada e prolongada do sistema que abre caminho para a definição de uma nova onda de investimentos.

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro, entendido neste caso como um sinônimo de padrão de acumulação, tem início em meados dos anos 50, quando é tomada a decisão de instalar a indústria automobilística no País. Caracteriza-se pela total preponderância da produção de bens de consumo de luxo, os quais, na fase inicial do processo, mais ou menos se confundem com os bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, equipamentos de som), dados os baixos padrões de consumo da população trabalhadora brasileira.

Os bens de consumo duráveis assumem a liderança do processo brasileiro de industrialização já a partir do início dos anos cinqüenta. Em seguida surge a indústria automobilística, que se transformará no fator decisivo da industrialização brasileira até aproximadamente 1974. A partir desta data tenta-se transferir a ênfase da acumulação dos bens duráveis de consumo para os bens de capital e os insumos básicos. Mas esta mudança de política econômica só irá ser parcialmente bem-sucedida na medida em que o padrão de acumulação iniciado em 1954 entrava agora em uma segunda crise cíclica. A primeira, entre 1962 e 1966, preparou a grande expansão seguinte, o "milagre". Era portanto uma crise intermediária dentro do mesmo padrão de acumulação. A segunda, iniciada em 1974, já dura seis anos e parece marcar o declínio final do atual modelo de desenvolvimento brasileiro.

A ênfase na indústria de bens de consumo duráveis foi acompanhada pela entrada e crescente predominância das empresas multinacionais manufatureiras no Brasil. Anteriormente as empresas internacionais operavam no Brasil no setor dos serviços públicos, do comércio de importação e exportação e, subsidiariamente, na montagem de bens manufaturados importados. A partir dos anos 50, entretanto, as empresas multinacionais entram em massa na área da indústria de transformação e principalmente no setor dinâmico dos bens de consumo duráveis. A burguesia local recebe-as de braços abertos. Associa-se com as multinacionais, na medida em que se transforma em sua fornecedora ou distribuidora de seus produtos.

Os investimentos das multinacionais são complementados pelo Estado. Também a partir dos anos 50 o Estado brasileiro, além de funcionar como Estado planejador, assume o papel de Estado financiador e Estado produtor. Enquanto o Estado financiador irá assumir a principal responsabilidade pelo financiamento a longo prazo da acumulação de capital no Brasil. O BNDE, o BNH e os mecanismos de poupança forçada serão os principais instrumentos do Estado financiador. Por outro lado, em sua tarefa de facilitar a acumulação privada, o Estado preenche as áreas vazias de acumulação, produz os insumos básicos necessários à industrialização, ao mesmo tempo que assume também o papel de Estado comprador e torna-se o principal estimulador da indústria de bens de capital.

Esse modelo, entretanto, traz embutido dentro de si dois desequilíbrios fundamentais. De um lado, é intrinsecamente

concentrador de renda; de outro, tende ao desequilíbrio externo.

A concentração de renda é inerente à ênfase na produção de bens duráveis de consumo. Em um país subdesenvolvido como o Brasil, em que os padrões de consumo da população são muito baixos, somente com a renda concentrando-se da camada média para cima é possível garantir mercado para a indústria produtora de bens de luxo. Se o desenvolvimento ocorrerse mantendo-se as participações relativas de trabalhadores, tecnoburocratas e capitalistas na renda, o aumento da demanda de bens duráveis seria menor, aumentando a de bens básicos.

Por outro lado, é claro que as duas classes dominantes – a burguesia e, secundariamente, a tecnoburocracia – têm todo o interesse em concentrar a renda da camada média para cima. A política do arrocho salarial, a inflação e a desculpa de que é necessário combatê-la e ainda aumentar a taxa de acumulação, o padrão de despesas do Estado favorecendo sempre as classes mais ricas, a política fiscal regressiva são as principais estratégias utilizadas. Com isso se garante a compatibilização entre demanda e oferta agregadas em uma economia em que o setor moderno, oligopolístico e multinacional é produtor principalmente dos bens de consumo de luxo que a burguesia e a tecnoburocracia desejam consumir.

O segundo desequilíbrio é o externo. A economia está orientada para produzir bens não facilmente exportáveis, mas que possuem um alto coeficiente de importações. Este fato mais a tentativa de crescer durante o “milagre” a taxas superiores à capacidade de poupança nacional implicaram déficits crescentes nas balanças comercial e de serviços (transações correntes) que tiveram de ser financiados por um endividamento internacional sem precedentes.

Esse modelo contraditório e desigual pode ser chamado de modelo de subdesenvolvimento industrializado. Industrializou o País mas não resolveu seus problemas sociais. Manteve a maioria da população em condições de pobreza insuportáveis. Aprofundou as diferenças entre o setor monopolista e o competitivo. Criou um desequilíbrio externo insustentável. Desnacionalizou a economia, aprofundando seus laços de dependência. O Brasil continuou, portanto, um país subdesenvolvido, apesar de uma imensa e sofisticada indústria.

A crise do modelo de subdesenvolvimento industrializado está em marcha. É uma crise econômica, porque os desequilíbrios que ele provocou afetam diretamente a produção e a distribuição do excedente. As taxas de inflação explosivas dos últimos tempos são um sintoma desses desequilíbrios. É também uma crise política, porque este modelo tentou sistematicamente marginalizar os trabalhadores de qualquer participação no poder. A solução para esta crise deverá ser encontrada em um novo padrão de acumulação, que provavelmente exigirá um grau maior de intervenção do Estado. Mas terá também de ser encontrada em um processo de redemocratização através do qual toda a sociedade, e não apenas um grupo de iluminados, busque as soluções para a crise. (27/04/80).

Modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro

A crise econômica brasileira é um fenômeno cíclico e está sem dúvida relacionada com a crise econômica mundial, mas é também uma crise estrutural de transição. Os elementos já existentes na economia brasileira permitem-nos prever que quando sairmos desta crise estará definindo-se um novo modelo de desenvolvimento que já poderemos chamar de “modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro”.

Entre 1930 e 1960 temos o modelo de substituição de importação, a revolução industrial brasileira. Nesse período, as exportações e importações estagnaram-se, enquanto a economia se voltava para o mercado interno e se industrializava aceleradamente, ao mesmo tempo que o coeficiente de importações (importações sobre o PIB) declinava dramaticamente. Estava em torno de 20% em 1930 e baixou para cerca de 7% em 1960.

Nos anos 50 instalaram-se em massa, no Brasil, as empresas multinacionais industriais e as empresas estatais. Era a transição para o modelo de subdesenvolvimento industrializado que prevalece até o presente. O Brasil já é uma grande nação industrial, as exportações industriais começam a crescer, o coeficiente de importações estabiliza-se em torno de 7%. O processo de acumulação, por sua vez, ganha relativa autonomia em seu processo cíclico em relação ao exterior, na medida em que os centros de decisão sobre a acumulação de capital se interiorizam.

Enquanto o modelo de substituição de importações financiava a acumulação principalmente através da transferência de

renda do setor exportador (café em particular) para o industrial, o modelo de subdesenvolvimento industrializado, especialmente a partir de 1964, vai apoiar-se na transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas e para as camadas médias tecnoburocráticas, através do arrocho salarial, enquanto a produtividade crescia aceleradamente. Vai apoiar-se também na energia barata do petróleo e das hidrelétricas e, finalmente, no endividamento externo sem limites como estratégia deliberada de crescimento.

Os resultados são um rápido crescimento, mas também a crise: primeiro, a crise do balanço de pagamentos; em segundo lugar, a crise interna, provocada pelo movimento cíclico e pelas políticas restritivas do governo que começam timidamente em 1974 e chegam ao auge em 1981 – ano da maior recessão de nossa história industrial. Estas medidas restritivas, principalmente monetárias, desaceleram a economia. Por outro lado, os trabalhadores, a partir das eleições de 1974 e depois dos movimentos sindicais de 1978 e 1979, dão um basta à política de arrocho salarial.

A desaceleração econômica (e, portanto, a diminuição global da taxa de aumento da produtividade), ao mesmo tempo que os salários se estabilizam, levaria à queda da taxa de lucro. Essa queda ocorre, mas não tão fortemente, na medida em que o governo vai aos poucos montando um complexo sistema de subsídios compensatórios. Mas é claro que esses subsídios desequilibram o orçamento federal global (inclusive o orçamento monetário), cujo déficit chega a cerca de 7% do Produto Interno Bruto. Para financiar esse déficit, recorre-se à emissão de moeda, que ajuda a acelerar a inflação, e ao endividamento interno via lançamento de letras governamentais, que eleva as taxas de juros, estimula a especulação financeira e agrava a recessão.

A crise econômica brasileira de 1975–, causada pelo esgotamento do ciclo de acumulação anterior (1967-1973) e pela elevação dos preços do petróleo, agrava-se através de uma política econômica monetarista esquizofrênica, que implica uma progressiva paralisação do Estado. O principal instrumento de política econômica é o controle monetário, mais especificamente o controle de crédito. É a política de contenção de demanda agregada (investimentos mais consumo) mais fácil porque atinge indiscriminadamente a todos. Em contrapartida, a política fiscal (despesas do Estado e sistema tributário) permanece básica-

mente intocada. Pelo contrário, aumentam-se as despesas do Estado (subsídios). Daí o caráter esquizofrênico da política econômica, que, de um lado, desestimula e, de outro, incentiva a economia. O resultado é o déficit orçamentário e a “inflação compensatória”, através da qual se pretende manter a taxa de lucro das empresas.

As tentativas por parte do governo de implantar uma política econômica alternativa são frustradas por incompetência e falta de convicção dos economistas responsáveis pela política econômica, que, amarrados a uma visão neoclássica (liberal ou monetarista) da economia, recusam-se a utilizar-se de recursos administrativos como um controle seletivo efetivo das importações, um câmbio especial para as operações financeiras e o controle administrativo severo dos setores oligopolistas. O governo paralisa-se cada vez mais, perde espaço de manobra, como aliás é típico nas crises.

Nada indica que sairemos desta crise em 1982. Mas seria enganoso a partir daí montar uma nova teoria da estagnação e imaginar que a crise será permanente.

A ameaça de um processo de argentinização da economia brasileira existe, mas é remota. Quando alguns economistas monetaristas (liberais economicamente e autoritários politicamente) falam em reduzir o grau de proteção da indústria nacional e sucatear os setores ineficientes, a ameaça de desindustrialização e, portanto, de argentinização torna-se presente. Mas o Brasil já possui uma indústria suficientemente poderosa não apenas politicamente (apesar da mediocridade de alguns de seus líderes e da dependência do Estado de quase todos), mas principalmente no plano econômico e tecnológico, para que tragédias do tipo que aconteceram à economia da Argentina ou à do Chile não se repitam aqui.

Pelo contrário, a tendência é de que nos encaminhemos para a segunda fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado, que proponho chamar de modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro.

Continuaremos subdesenvolvidos, porque as desigualdades gritantes, o subemprego, a marginalização econômica e social permanecerão presentes. Mas trata-se de um modelo de industrialização madura, porque no Sul do País o parque industrial brasileiro, ainda que sem plena autonomia tecnológica, atingiu um volume e um grau de integração (complementaridade), de di-

suficiência e de sofisticação tecnológica que o coloca entre as grandes nações industriais no mundo.

Se há alguma dúvida a respeito disso, basta lembrar que mais de 50% de nossas exportações já são de produtos manufaturados e quase dois terços de produtos industrializados. Definitivamente, já não somos um país primário-exportador.

Para esse grande parque industrial, entretanto, a condição de sobrevivência transformou-se na exportação. Por isso alguns setores industriais brasileiros deverão cada vez mais ter capacidade de competir em condições de vantagem com os demais países. Nossa grande desvantagem é a incapacidade relativa que ainda temos de gerar tecnologia de ponta. Mas temos algumas vantagens importantes: (1) temos capacidade de absorver tecnologia com grande rapidez graças às empresas e aos engenheiros de que dispomos, (2) temos ainda mão-de-obra barata, (3) temos recursos naturais, exceto petróleo, abundantes.

Para alguns setores industriais tecnologicamente simples e trabalho-intensivos nossas vantagens são óbvias. É o caso das indústrias têxtil, de confecções e de calçados, por exemplo. Mas são esses setores que geralmente são mais protegidos tarifariamente nos demais países. Além disso, basear a política de exportação do Brasil nessas indústrias apresenta as mesmas limitações de uma política exportadora baseada na agricultura: (1) esses setores valorizam pouco a mão-de-obra nacional, mantendo-nos atrelados à nova divisão internacional do trabalho e (2) a concorrência dos demais países subdesenvolvidos em estágio inferior de desenvolvimento (inclusive toda a América Latina) dificulta o êxito das nossas exportações.

Por isso, nos quadros do capitalismo industrial maduro (ainda que subdesenvolvido, porque desigual), as nossas exportações deverão concentrar-se nas indústrias tecnologicamente sofisticadas mas trabalho-intensivas. São os casos da indústria de bens de capital, da indústria eletrônica, da indústria aeronáutica, da indústria de construções de barragens e da indústria automobilística. Como esses setores industriais demonstraram, é falsa a correlação direta entre indústrias tecnologicamente sofisticadas (que valorizam nossa mão-de-obra) e tecnologia capital-intensiva. É nesses setores que nossos custos industriais (e, portanto, nossa eficiência) deverão ser fortemente competitivos.

É claro que para atingirmos esse estágio a estratégia não será a tolice neoclássica (que infelizmente domina a mente de

nossos economistas oficiais) de agir via mercado, reduzindo a proteção da indústria nacional e levando ao sucateamento os setores menos eficientes. Essa estratégia pode ser necessária hoje para o Japão, que acumula saldos comerciais contínuos, mas é um contra-senso em um país que precisa urgentemente estabilizar seu endividamento externo. Conforme observam Maria Conceição Tavares e Carlos Lessa em livro lançado recentemente (*A Economia Política da Crise*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982, p. 124), “conferir prioridades às exportações industriais significa dar prioridade ao planejamento industrial de longo prazo”. Foi o que o Japão fez, em vez de limitar-se a alguns incentivos fiscais e a muitos casuísmos.

Por outro lado, para realizar essa política industrial e de exportação de médio prazo é essencial estabelecer um sistema de financiamento a longo prazo para a acumulação. É o que Ignácio Rangel vem dizendo há muito tempo.

Essa política financeira terá de passar, de um lado, por um razoável reequilíbrio das finanças do Estado, de forma que ele deixe de competir com as indústrias pelos recursos dos capitalistas rentistas; de outro, pela criação de novos mecanismos de poupança forçada administradas via bancos de desenvolvimento do Estado; e de outro lado ainda, por novos mecanismos de captação de recursos pelo setor privado, provavelmente na linha das debêntures, que estão recentemente tendo uma grande expansão.

O importante a assinalar é que a via da competição, em pé de relativa igualdade, com as demais grandes potências industriais, além de ser o único caminho que resta hoje para o Brasil, é um caminho viável, cujas precondições já estão presentes na economia brasileira. No modelo de substituição de importações aproveitamos a reserva de mercado representada pela própria possibilidade de substituir importações. Nossa prioridade não era então reduzir os custos industriais mas ocupar o mercado, instalar a indústria. Na primeira fase do modelo de subdesenvolvimento industrializado, a situação já começava a modificar-se na medida em que cresciam nossas exportações industriais, mas ainda foi possível aumentar o mercado para os bens industriais, principalmente duráveis de consumo, via criação do crédito direto ao consumidor e concentração de renda das camadas médias para cima.

Hoje essas oportunidades de transferência de renda para a indústria estão esgotadas e nosso endividamento externo, que já

alcança cerca de 70 bilhões de dólares, é altíssimo. Nossa industrialização deverá continuar, mas via exportação de manufaturados tecnologicamente de ponta. O crescimento do mercado interno ocorrerá na medida em que cresça a renda. Estaremos então no modelo de subdesenvolvimento industrializado maduro, talvez a última etapa de nossa história enquanto economia subdesenvolvida. (09/05/82)

Por que os salários são baixos no Brasil

Os salários são muito baixos no Brasil. A grande maioria dos trabalhadores brasileiros ganha apenas o mínimo necessário para sobreviver. Muitos são subnutridos, passam fome mesmo. Por que será que isto acontece?

Se você fizer essa pergunta, vai ouvir muitos tipos de resposta. Respostas que revelam os interesses, as posições políticas de quem responde. Especialmente quando a resposta tiver o objetivo de justificar os baixos salários, você pode estar certo: quem está falando não representa os interesses dos trabalhadores. Ele está falando em nome dos capitalistas que obtêm lucros ou dos gerentes chefes que recebem ordenados elevados. Ou seja, ele está falando em defesa dos ricos.

Algumas respostas são completamente mentirosas. Na certa, você já ouviu dizer que os brasileiros são pobres porque são preguiçosos. Ou que o brasileiro não é capaz de trabalhar com tanto esforço e vontade quanto um japonês, um alemão ou um americano. Essas idéias são tão ridículas e mal intencionadas que nem merecem resposta. É verdade que muitas vezes o trabalhador brasileiro não é mesmo muito produtivo. Mas como poderia ser de outro jeito se ele é mal alimentado, se sua saúde é fraca, se ele não tem possibilidades de estudar e de se desenvolver?

As respostas que se classificam como meias-verdades são muito mais perigosas. São meias-mentiras, são mentiras com uma ponta de verdade. Mas seus defensores logo querem transformar essa ponta de verdade na verdade inteira. E essa "verdade inteira" transforma-se na maior das mentiras.

A principal explicação desse tipo, meio-verdade, meio-mentira, é a seguinte: os salários são baixos porque o Brasil é pobre, porque é um país subdesenvolvido. Ou, então, porque a renda que existe para distribuir é pequena. Ou ainda de uma outra forma de dizer a mesma coisa: porque a produtividade, ou

seja, a produção por trabalhador, é baixa. E o Brasil realmente é um país pobre. O número de fábricas, de usinas produtoras de energia elétrica, de tratores e de estradas de ferro é ainda pequeno em relação à população. Se os trabalhadores não têm muitas máquinas para ajudá-los a trabalhar na agricultura e na indústria, a sua produtividade é baixa.

Esta é uma verdade, é um fato. Mas a partir dela é tirada a conclusão mentirosa, a meia-verdade que, pretendendo explicar tudo, se transforma na grande mentira. Dizem, com a boca cheia, que, se a produtividade é baixa, os salários têm de ser baixos. Enquanto a produtividade não aumentar, enquanto o Brasil não se desenvolver, vamos deixar os salários baixos porque não há outro jeito.

Bela lógica! Muito prática para quem a diz. Assim tudo fica como está. Antes de responder a esse tipo de raciocínio mentiroso poderíamos perguntar: por que a produtividade é baixa, por que não temos tantas máquinas, tantas fábricas, tantos meios de aumentar a produção quanto precisamos? E logo descobriremos que uma das causas principais dessa situação está no fato de os patrões e os gerentes usarem muito mal grande parte de seus grandes lucros e de seus grandes ordenados. Gastam para consumir cada vez mais comprando coisas desnecessárias, em vez de investir. Em vez de aumentar a capacidade produtiva do País como era preciso. Por isso, o Brasil continua pobre.

Mas, mesmo que o Brasil seja subdesenvolvido, nem por isso os salários precisavam ser tão baixos. Bastava que os lucros e os ordenados fossem menores. Bastava que a pobreza do Brasil não ficasse só por conta dos trabalhadores. Bastava que a renda fosse mais bem distribuída. É claro que não é possível distribuir a riqueza que não existe. Mas é possível distribuir muito melhor a riqueza que o Brasil já produz, que já existe no Brasil. Os salários não são baixos no Brasil apenas porque o país é subdesenvolvido, mas também porque a renda existente é muito mal distribuída.

Mas por que a renda é tão mal distribuída? Por que os lucros dos donos do capital e os ordenados dos gerentes são tão altos e os salários tão baixos? A causa principal disso tudo é o fato de que o Brasil é um país capitalista em que o trabalho é considerado uma mercadoria que se compra e se vende. Ora, o preço de uma mercadoria é mais ou menos proporcional à quantidade de trabalho necessário para produzir essa mercadoria.

Uma mercadoria vai ter um preço maior ou menor dependendo de quanto custa em termos de horas trabalhadas. O preço da “mercadoria” trabalho é chamado salário. O salário vai ser mais ou menos igual à quantidade de trabalho necessária para produzir os bens de que o trabalhador precisa para sobreviver com sua família. Nem um tostão a mais. Por isso é que se diz que, num sistema capitalista puro, o salário é igual ao custo da reprodução da mão-de-obra. É igual ao custo de “produzir” o trabalhador ou a sua força de trabalho. Nesse sistema, o que determina o preço da força de trabalho é quanto custa a sobrevivência do trabalhador. Se o salário permite que o trabalhador sobreviva e se reproduza, está pago o que ele vale, como qualquer mercadoria. Se os trabalhadores passarem a reproduzir mais por dia de trabalho, ajudados por mais máquinas, só os lucros e os ordenados aumentarão; os salários ficarão na mesma.

Para que os salários cresçam, eles primeiro precisam deixar de ser uma simples mercadoria. E isto é possível quando os trabalhadores se organizam, quando os trabalhadores se unem para exigir melhores salários. Só aí “a mercadoria” trabalho começa a ter vontade própria. Deixa de ser uma mercadoria.

É claro que os capitalistas vão logo gritar. E vão voltar às meias-verdades. Vão dizer que aumento de salário é inflacionário, provocando aumento de custo de vida. Vão dizer que aumento de salário diminui a capacidade de investimento em novas fábricas. Ora, aumento de salário acima do aumento da produtividade só é inflacionário se os capitalistas não quiserem deixar seus lucros cair um pouco. E aumento de salário só diminui capacidade de investimento se os capitalistas e os gerentes não diminuírem o seu consumo de bens de lucro.

Os salários no Brasil podiam ser muito mais altos se o consumo de luxo dos capitalistas e dos gerentes fosse menor. Para isso, seria preciso que os trabalhadores fossem fortes, organizados. Em conclusão: salários são baixos no Brasil porque os trabalhadores estão desorganizados, sem força. Porque sua força de trabalho é considerada uma mercadoria como qualquer outra. Mas, à medida que os trabalhadores se organizarem e passarem a defender seus direitos, como estão começando a fazer agora, esta situação vai mudar. (*O São Paulo*, 15 a 21/06/79)

Reforma agrária inadiável

Uma série de indícios sugere que a formação social brasileira está amadurecendo para algum processo de reforma

agrária. A reestruturação fundiária do País deixa de ser uma proposta utópica das esquerdas para se transformar em uma imposição social e em uma necessidade econômica. Independentemente do tipo de governo que temos ou venhamos a ter, é muito provável que um processo de reforma agrária tenha início. Os rumos e a profundidade dessa reforma certamente variarão, conforme o Estado caminhe mais para a esquerda ou para a direita. Mas, mesmo no último caso, o imobilismo agrário que tem prevalecido até aqui parece improvável.

Sem dúvida alguma este amadurecimento das condições para a reforma agrária está relacionado com as pressões sociais dos trabalhadores rurais brasileiros. Seja a resistência heróica das centenas de famílias em Alagamar, na Paraíba, apoiadas por dom José Maria Pires, seja a resistência e as lutas armadas de centenas de milhares de posseiros no Centro-Oeste e no Norte do Brasil, sempre apoiados pelos bispos da região, são fatores importantes a exigir uma solução para o problema da propriedade da terra no Brasil. Em Alagamar estamos em uma região densamente povoada; em São Félix do Araguaia, em pleno sertão ainda relativamente despovoado. Mas em ambos os locais a questão da terra torna-se central.

A Igreja Católica colocou-se há algum tempo na vanguarda da defesa dos trabalhadores rurais brasileiros, sejam eles posseiros, arrendatários, parceiros, colonos, bóias-frias, além dos próprios índios. Além de um sem-número de casos em que, nos últimos anos, padres e bispos procuraram, com sua autoridade moral e religiosa, proteger esses trabalhadores, foi criada a Pastoral da Terra, e agora, na XVIII Assembléia Extraordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Itaici, 172 bispos brasileiros aprovaram o documento "Igreja e Problemas da Terra". Votos contra foram quatro, abstenções, outros quatro votos. Neste documento, além de ser dado um forte apoio à reforma agrária, "que possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo", o capitalismo no campo foi fortemente condenado. Esse capitalismo foi caracterizado pela "terra de exploração - terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros". Sua alternativa foi também definida com clareza. "Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular."

A posição da Igreja e a crescente pressão dos camponeses hoje representados de forma cada vez mais efetiva pela Confe-

deração Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), bem como a recente decisão do governo de criar o Grupo Executivo das Terras Araguaia-Tocantins (Getat), colocando sob a direção direta do Conselho de Segurança Nacional 40 milhões de hectares de terra, são indicações de que os projetos de reforma agrária terão, de alguma forma, de deixar de permanecer no estrito campo das promessas demagógicas a serem executadas por órgãos governamentais fantasmagóricos.

Mas, para compreendermos esta nova situação, é essencial que identifiquemos os fatos novos que, de um lado, agravaram a pressão social dos camponeses e, de outro, afrouxaram as resistências ou mesmo criaram condições econômicas favoráveis à reestruturação fundiária no Brasil. Estes fatos novos são três: 1) o fechamento da fronteira agrícola e o conseqüente aumento dos conflitos pela posse da terra; 2) a decadência política do latifúndio, principal obstáculo à reforma agrária, mas sob cuja égide foi inicialmente realizada a industrialização; e 3) a perda de funcionalidade do minifúndio e do latifúndio, duas faces pré-capitalistas da mesma moeda, para a acumulação capitalista, na medida em que ocupam terras mas são cada vez menos capazes de suprir de alimentos o setor urbano a baixo preço.

Em primeiro lugar, temos o fechamento da fronteira agrícola brasileira e, em conseqüência, o esgotamento da válvula de escape em que sempre se constituiu a fronteira para as pressões sociais pelos camponeses a favor da reforma agrária. O “fechamento” da fronteira agrícola, que se está completando de forma acelerada nos últimos anos, não significa obviamente que todas as terras estejam produtivamente ocupadas. Muito pelo contrário, o que se viu foi a constituição de novos imensos latifúndios especulativos, muitas vezes de propriedade de grandes empresas capitalistas, na medida em que terras longínquas eram constituídas em reservas de valor. O fechamento ocorre na medida em que todas as terras passam a ter dono, senão mais de um dono. Segundo informa a revista *Veja* (13 de fevereiro de 1980), a julgar pelas escrituras registradas abusivamente nos cartórios, a extensão territorial do Brasil está muito acima dos 8 milhões de quilômetros quadrados. No Acre, por exemplo, há muitas áreas em que “supõem-se cinco andares de terras”, em função dos títulos concedidos em diversas épocas.

A conseqüência desse fechamento acelerado da fronteira agrícola é a de que os posseiros não têm mais para onde ir. O padrão clássico de ocupação do solo brasileiro foi sempre o da

abertura da fronteira por posseiros ou então por colonos que recebiam autorização dos proprietários para derrubar a mata e explorar a terra durante algum tempo. Em seguida os posseiros eram expulsos e os colonos ou absorvidos pela fazenda capitalista ou também expelidos. Mas, ao serem expulsos, eles tinham sempre para onde ir. Bastava caminhar um pouco mais em direção à fronteira. Agora isto deixa de ser possível ou torna-se muito mais difícil. Por isso as resistências à expulsão se multiplicam e se potenciam. A questão da terra, que Caio Prado Jr. definiu, em artigos hoje clássicos, há vinte anos – a exclusão da propriedade da terra da grande maioria da população rural brasileira –, assume agora toda a sua gravidade. E sua solução começa a tornar-se inadiável.

Em segundo lugar, é preciso considerar o enfraquecimento do latifúndio, que afinal vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil, na medida em que a burguesia urbana, industrial e financeira, firma seu caráter de classe dominante. A revolução industrial brasileira teve início nos anos 30, a partir de uma aliança entre a burguesia industrial nascente e o latifúndio não-cafeeiro, do qual Getúlio Vargas era um representante. “Esta aliança”, conforme observa agudamente Ignácio Rangel, “resultado das convulsões sociais compreendidas sobre a rubrica da Revolução de 30, resolveu, por certo, muitos dos complexos problemas políticos implícitos na instrumentalização da indústria substitutiva de importações, mas, naturalmente, não era gratuita para o nascente capitalismo industrial. Com efeito, a reforma agrária, capítulo essencial da revolução democrático-burguesa, indispensável para a ampliação do mercado interno e, principalmente, para a reestruturação do mercado de mão-de-obra, teria de ser postergada por toda uma etapa do desenvolvimento econômico brasileiro” (em “Recapitulando a Questão Agrária”, 1977, FGV, São Paulo). No momento, entretanto, em que o latifúndio se enfraquece politicamente, dado o enorme avanço do capital industrial e financeiro, é claro que começam a deixar de existir razões políticas para o adiamento da reforma agrária. É certo que o partido do governo ainda está apoiado nesse latifúndio, especialmente no Nordeste, mas são claros os sinais do seu enfraquecimento econômico e político em face não apenas da consolidação do poder da burguesia urbana, hoje já dominante, mas também em face da emergência como força política da tecnoburocracia e dos trabalhadores organizados.

O terceiro e decisivo fato novo a apontar no sentido da reestruturação da propriedade da terra no Brasil reside na circuns-

tância de que o latifúndio pré-capitalista, muitas vezes operado por arrendatários e parceiros, e sua contrapartida, o minifúndio de autoconsumo parcial, estão deixando de ser funcionais para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Esta economia camponesa formada de arrendatários, parceiros e posseiros, além de produzir para seu próprio consumo, é responsável por grande parte da produção de alimentos destinados ao mercado do Brasil, enquanto a agricultura capitalista se dedica aos produtos de exportação e às matérias-primas. Os alimentos produzidos pela economia camponesa, entretanto, são produzidos a baixo preço, a um preço de mercado inferior ao seu valor ou, mais especificamente, inferior ao seu preço de produção. Isto é possível, conforme observa José Graziano da Silva, porque os camponeses se limitam a exigir um preço que lhes garanta a estrita subsistência, não havendo possibilidade de remunerar o capital e a terra, através do lucro médio e da renda-terra, elementos constituintes do preço de produção ("Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira", Hucitec, 1978). Em consequência, os camponeses estão permanentemente transferindo renda para o setor capitalista, estão reduzindo o custo de reprodução da mão-de-obra urbana, e, assim, estão possibilitando o pagamento de baixos salários em termos de valor nas empresas capitalistas.

Esta funcionalidade da economia camponesa para a acumulação capitalista, entretanto, está-se esgotando. O crescimento da produção de alimentos tem sido notoriamente insuficiente para atender à demanda interna, apesar de esta crescer lentamente no Brasil, dada a forte concentração de renda existente. Em consequência, os preços dos alimentos vêm crescendo mais rapidamente do que os demais preços no Brasil. Isto não apenas traz consequências inflacionárias mas também eleva o custo de reprodução da mão-de-obra e rebaixa a taxa de lucros do setor capitalista. Se supusermos, como parece provável, que os trabalhadores consigam paralisar ou estabilizar o processo de concentração de renda, é claro que a procura interna de alimentos aumentará ainda mais, dada a maior elasticidade-renda da procura de alimentos para as famílias pobres.

Este aumento insuficiente da produção interna de alimentos está claramente relacionado com as limitações da economia camponesa, não apenas pressionada cada vez para mais longe, mas ao mesmo tempo sendo liquidada nas regiões de arrendamento e parceria em função da elevação especulativa extraordi-

nária do preço da terra ocorrida nos últimos seis anos, especialmente.

A alternativa, colocada pelo governo em termos de estratégia a partir de 1968, foi a de desenvolver a agricultura capitalista, inclusive para a produção de alimentos. Em 1964 o novo governo estabelece uma política agrária que seria baseada na reforma agrária, alterando-a em 1968 para a tentativa de implantar no Brasil uma agricultura capitalista sem reforma agrária. Alguns êxitos foram alcançados. O processo de modernização, ocorrido em boa parte graças à difusão do crédito rural através do Banco do Brasil, foi notável especialmente no Sul do País. Mas está claro que, decorridos doze anos, esta estratégia concentradora de renda em médias e grandes propriedades revela-se profundamente insatisfatória. Na Amazônia, o fracasso da Sudam e dos grandes projetos empresariais é definitivo. No Nordeste, o imobilismo agrário continua um entrave ao desenvolvimento capitalista da região. Os conflitos pela posse da terra multiplicam-se, a produção agrícola cresce lentamente, a boa safra que se aproxima não decorreu do aumento da área cultivada, mas de boas condições climáticas, o preço dos alimentos cresce.

Afinal, o capitalismo brasileiro, para continuar expandindo, precisa também patrocinar a sua reforma agrária. A Igreja quer uma reforma que transforme a terra em terra de trabalho e não em terra de exploração, de negócio, de lucro e especulação. Não creio que isto seja possível a curto prazo no Brasil, mas não há dúvida de que será preciso distribuir muita terra dos latifúndios pré-capitalistas do Nordeste e dos latifúndios especulativos do Centro-Norte às famílias que trabalham a terra. Esta é uma reivindicação dos trabalhadores brasileiros e uma necessidade do capitalismo local. A profundidade desta reforma vai depender de muita luta. Serão decisões políticas a serem tomadas em função da correlação de forças entre as classes sociais. Mas é importante assinalar que não será apenas a luta de classes mas também a própria dinâmica da acumulação capitalista que imporão afinal a reforma agrária no Brasil. (26/02/80).